



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

Parecer nº 1286310 / 2020 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto Registro de Preços para eventual contratação de serviços de sanitização e desinfecção predial, com fornecimento de material e mão de obra, nas instalações desta Justiça Eleitoral, localizadas na capital e no interior do estado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital n.º 55/2020, documento n.º 1248985.
2. A presente licitação é regida pela Lei n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pela Lei 13.979/2020, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018 e pelas condições constantes no mencionado Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/1993.
3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado:
 - a) planilha padrão de estimativa de preços e manifestação da SEAQUI, documentos n.ºs 1234668, 1234671 e 1234678.
 - b) informação da ação orçamentária, documento n.º 1233665;
 - c) análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documento n.º 1235382;
 - d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 1240240;
 - e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 1241458 e 1248991;
 - f) documentos referentes à divulgação do Edital em meio eletrônico - Comprasnet e publicação do Edital no D.O.U., deixando de publicar em jornal nacional de grande circulação, consoante o art. 20 do novo decreto do pregão e entendimento ratificado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documentos n.ºs 1240625, 1248994, 1249002 e 1286297.
4. Os procedimentos realizados durante o processo licitatório foram descritos pelo Pregoeiro no documento n.º 1275954, cujo relatório adoto. Em razão da celeridade na tramitação dos autos, juntamos a ATA e a Publicação do Edital no DOU, não encontrados no presente expediente, documentos n.ºs 1286297 e 1286302.
5. Preliminarmente à abertura do certame licitatório, houve pedidos de esclarecimentos que foram devidamente respondidos pelo Pregoeiro após manifestação da unidade demandante, sendo realizado o devido registro no sistema Comprasnet, documentos n.ºs 1252582 e 1254295.
6. Aberta a licitação e efetuada a análise preliminar das propostas, verificou-se o início da etapa competitiva, tendo o Pregoeiro concedido oportunidade às empresas para apresentação de lances para os itens diversos, registrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documento n.º 1267864.
7. O Pregoeiro propôs a redução negociada dos preços dos itens em apreço, consoante a condição 9.1 do Edital.

8. Ao final, o Pregoeiro encerrou a sessão, adjudicando os itens às licitantes vencedoras, consoante Termo de Adjudicação, documento n.º 1275914.
9. Em relação ao item 13, os valores ofertados extrapolaram a estimativa empreendida pela Administração, impondo-se a recusa de todas as propostas, sendo assim, cancelado o mencionado item.
10. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação por parte das licitantes.
11. Finda a etapa de lances, procedeu-se a fase de habilitação. Após a devida verificação, os documentos comprobatórios das licitantes vencedoras foram acostados aos autos da seguinte forma:

- ANGELO FREITAS SAÚDE AMBIENTAL EIRELI, vencedora do item 1 e do lote 9;
- ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS, vencedora dos lotes 1 e 11;
- L F OLIVEIRA CONSTRUÇÕES EIRELI, vencedora dos lotes 2,4,7,10,12 e 13;
- LEITE & LIMA LTDA., vencedora dos lotes 3,5,6 e 8.

12. Ainda em relação aos procedimentos habilitatórios do certame, destacamos excerto do aludido Relatório Final:

Por fim, foram habilitadas as empresas vencedoras acima relacionadas, restando pendente a adjudicação do objeto da licitação aos respectivos vencedores pelo motivo abaixo indicado: Ressalto que a Empresa L. F OLIVEIRA CONSTRUÇÕES EIRELI, declarada vencedora dos Lotes 2-4-7-10-12 e 13, enquadrada como Microempresa, encontrava-se com pendência/restrrição no SICAF, referente à Certidão da Receita Federal e PGFN e não anexou referida certidão de Regularidade junto com os demais documentos de habilitação. Apesar dessa restrição referente à certidão de Regularidade Fiscal da Fazenda Nacional, a licitante, foi declarada vencedora dos referidos lotes e devidamente habilitada, com supedâneo no benefício concedido às Microempresas e empresas de pequeno porte constante na SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

“11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição.

Grifamos

“11.16. Caso haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.”

Grifos nossos

Sendo assim, fora concedido à licitante em comento o prazo de dois dias úteis para regularização da situação, devendo a empresa nesse lapso temporal, ou por igual período prorrogável, a critério da administração, apresentar a regularidade do documento de habilitação fiscal constante na condição 11.1.4. do edital: Regularidade fiscal: c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta

RFB/PGFN n.º 1751/14. Informo que a licitante enviou, tempestivamente, em 19/10/2020, com fulcro na condição 11.16. do edital, e-mail contendo documento com pedido de prorrogação de prazo, por igual período, com apresentação de justificativa, para entrega da certidão de regularidade com a Fazenda Nacional, conforme doc SEI n.º 1272326. Nesse sentido, informo que a licitante L. F OLIVEIRA CONSTRUÇÕES EIRELI enviou, tempestivamente, em 20/10/2020, para o e-mail deste pregoeiro, a certidão de regularidade fiscal junto à Fazenda Nacional, devidamente atualizada, conforme doc SEI n.º 1273615. Impende registrar que este pregoeiro procedeu à autenticidade no site específico das certidões de Regularidade da Fazenda Municipal e de Falência e Concordata enviadas pelas empresas vencedoras, tudo em conformidade com o edital. Por oportuno, em atendimento à determinação insculpida no §2º do Artigo 7º da Portaria n.º 305/2019, de 20 de agosto de 2019, entendemos que, smj, a situação da empresa Efraim Comércio e Serviços Ltda., inabilitada neste Pregão Eletrônico, para os Lotes n.º 4 e 5, por deixar de atender às especificações previstas no Edital (Qualificação Técnica- Não apresentação de atestado de capacidade técnica de execução de serviço de SANITIZAÇÃO de ambientes), pode ser enquadrada, por analogia, no quanto prescrito no §2º do Artigo 30, da Portaria N.º 305, de 20 de agosto de 2019, aqui transcrito ad litteram: “§2º O mero equívoco na especificação do objeto não consiste na conduta prevista no artigo 30, inciso III, desta Portaria”, razão pela qual deixamos de proceder à comunicação dessa ocorrência à SELIC.

13. Quanto aos demais atos procedimentais, verifica-se a regularidade formal do certame, consoante o quanto previsto na legislação pertinente, podendo o presente processo ser encaminhado à Diretoria-Geral, com vistas à homologação do procedimento e convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos dos arts. 13, VI e VII, e 46, do Decreto n.º 10.024/19 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor e Termo de Adjudicação, documentos n.ºs 1275954, 1267838 e 1275914, respectivamente.

14. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome das licitantes vencedoras com os respectivos valores, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 1267838.

15. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

16. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

À consideração superior.

Pedro Paulo Andrade

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva**, Técnico Judiciário, em 31/10/2020, às 10:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 01/11/2020, às 08:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1286310** e o código CRC **D8524D25**.